

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006940-27.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Honorários Advocatícios**  
 Requerente: **Mara Sandra Canova Moraes**  
 Requerido: **MARIA PALMYRA CHRISTIANO DE OLIVEIRA CAMPOS OEHLMEYER**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Eduardo Montes Netto**

Vistos.

**MARA SANDRA CANOVA MORAES** ajuizou **AÇÃO DE ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA** em face de **MARIA PALMYRA CHRISTIANO DE OLIVEIRA CAMPOS OEHLMEYER**, alegando, em sua inicial (fls. 01/12) que o escritório em que é sócia fora contratado pela requerida para defesa dos seus interesses na ação de divórcio e partilha de bens movida por Carlos Oehlmeyer e que restou combinado que a requerida pagaria a título de honorários advocatícios o importe de 6% do valor dos bens e direitos que ela receberia em virtude da partilha de bens. Aduz, ainda, que para angariar bens que estavam sendo sonegados maliciosamente pelo ex marido e filhos da requerida, propôs ação de exibição de documentos, cujo processo não integrou o contrato de honorários anteriormente firmado a qual foi julgada procedente. Em 17/07/2014, surpreendentemente, a requerente recebeu notificação da requerida onde revogava todos os poderes conferidos no contrato de prestação de serviços advocatícios. Ocorre que após a confirmação da ação de exibição de documentos a qual reconheceu direito de 33,34% do Empreendimento Eldorado às partes do processo de divórcio, houve peticionamento naqueles autos de que haviam chegado a um acordo. Alega que não sabe se a requerida aceitou a proposta de acordo para se furtar do pagamento dos honorários advocatícios ou se fora obrigada a aceitá-la, mas o que deve ser levado em consideração nestes autos é o percentual do patrimônio que a requerida teria direito sobre os lotes do



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Condomínio Eldorado, já que agiu em elevado grau de zelo profissional com o objetivo de defender interesses de sua cliente. Requereu a procedência da ação. Juntou documentos.

À fl. 112 foi indeferido o pedido de antecipação da tutela.

A requerida apresentou contestação às fls. 137/142 alegando que a ação de exibição consiste em uma medida preparatória, vez que sua finalidade é de exigir em juízo coisa ou documento para assegurar a efetividade de um processo principal, portanto insere-se no contexto do contrato de prestação de serviços anteriormente firmado, o qual já é objeto de execução de título extrajudicial (autos nº 1008552-97.2014.8.26.0566 – 5ª vara cível). Aduz, ainda, que o que motivou a requerida a revogar os poderes outorgados à autora foi a recusa desta em firmar acordo na ação de divórcio e partilha de bens. Que a requerida não tem direito sobre os bens que a autora pleiteia a fixação dos honorários. Requereu a improcedência da ação. Juntou documentos.

Às fls. 198/200 sobreveio a réplica à contestação.

As partes foram instadas a produção de prova à fl. 204.

A requerida pleiteou a produção de prova testemunhal (fls. 207/208).

A autora requereu a realização de prova pericial (fl. 24).

À fl. 246 foi deferida a prova pericial.

Sobreveio o laudo pericial às fls. 255/259

À fl. 267 foi indeferida a prova oral.

A autora apresentou suas alegações finais às fls. 281/284 e a ré às fls. 285/286.

**É o relatório.**

**Decido.**

O pedido é parcialmente procedente.

De acordo com o artigo 37 do Código de Ética e Disciplina da OAB “Em face da imprevisibilidade do prazo de tramitação da demanda, devem ser delimitados os serviços profissionais a se prestarem nos procedimentos preliminares, judiciais ou conciliatórios, a fim de que outras medidas, solicitadas



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

ou necessárias, incidentais ou não, diretas ou indiretas, decorrentes da causa, possam ter novos honorários estimados, e da mesma forma receber do constituinte ou cliente a concordância hábil."

Ocorre que não restou esclarecido no contrato de prestação de serviços advocatícios a extensão dos serviços a serem prestados, e no curso do processo de divórcio, para o qual a requerente fora contratada, surgiu a necessidade do ingresso de ação de exibição de documentos como medida incidental ao processo de divórcio.

Consoante o art. 22, § 2º da Lei Federal 8.906 de 04 de julho de 1994:

"Na falta de estipulação ou de acordo, os honorários são fixados por arbitramento judicial, em remuneração compatível com o trabalho e o valor econômico da questão, não podendo ser inferiores aos estabelecidos na tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB."

Posto que a ação de exibição de documento não tem valor econômico imediato e que tal valor somente surtirá efeito na ação principal, o divórcio no presente caso, e que não foram fixados os honorários advocatícios para o seu ingresso, parece justo arbitrá-los no mínimo previsto na Tabela de Honorários da OAB de 2016 (<http://www.oabsp.org.br/servicos/tabelas/tabela-de-honorarios/advocacia-civel-procedimentos-especiais>), qual seja R\$ 2.324,91, sem prejuízo dos honorários cobrados em ação de execução de título extrajudicial em andamento, conforme informado nos autos.

Posto isto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos, com fundamento no artigo 487, I, do CPC, para arbitrar os honorários relativos à prestação de serviços pela requerente nos autos da ação de exibição de documento em R\$2.324,91, com atualização monetária a partir da data da publicação dessa sentença e juros de mora de 1% ao mês a partir da citação.

Em razão da sucumbência recíproca, as partes responderão em 50% cada pelo pagamento das custas e despesas processuais. Os honorários

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor atualizado da condenação, na forma do artigo 85, § 2º do CPC, deverão ser pagos por elas aos patronos da parte contrária, observada eventual concessão do benefício de justiça gratuita.

P.I

São Carlos, 29 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**